FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 15/12/2023 - 05:59

Em derrota do governo, veto à desoneração cai no Congresso

Sessão plenária do Congresso Nacional para a análise de vetos de Lula; Haddad diz que ainda vai apresentar proposta alternativa Zeca Ribeiro/Divulgação Câmara

Congresso derruba veto à desoneração da folha, e Haddad diz que vai ao STF

Decisão prorroga regra para 17 setores até dezembro de 2027; municípios também são beneficiados

João Gabriel, Thaísa Oliveira e Thiago Resende

BRASÍLIA O Congresso derrubou, nesta quinta-feira (14), o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto da desoneração da folha de pagamento. Com a decisão, o benefício será prorrogado até dezembro de 2027.

O governo irá ao STF (Supremo Tribunal Federal) para barrar o entendimento de deputados e senadores. A medida foi anunciada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

A sessão conjunta de Senado e Câmara foi marcada por derrotas em série da gestão petista. Da pauta econômica, foram derrubados vetos do arcabouço fiscal, do Marco das Garantias e do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Votaram pela queda do veto à desoneração da folha 60 senadores, e 13 defenderam manter a decisão de Lula. Pela Câmara, foram 378 votos pela derrubada, ante 78 deputados a favor do veto.

A medida de Lula poria fim ao benefício em 31 de dezembro deste ano. O veto integral à proposta, revelado pelo Painel S.A. no final de novembro, causou revolta entre congressistas, e a queda já era esperada.

O placar voltou a refletir a posição da maioria em defesa do projeto. Quando da aprovação, o texto havia recebido o apoio de mais de 400 deputados e fora votado de forma simbólica no Senado —ou seja, com amplo aval da Casa.

O autor do projeto da prorrogação da desoneração, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), criticou o governo pela forma como lidou com a proposta. Haddad havia prometido uma solução alternativa à desoneração após o veto, mas não fez nenhuma apresentação ao Congresso.

"É um projeto [a prorrogação do benefício] que dialoga com a vida real, é um projeto que é apoiado por quem produz e por quem trabalha. É apoiado pelos setores produtivos e pelos sindicatos. Todos juntos apoiam a desoneração, porque ela gera mensagem de quem gera mais empregos paga menos impostos", afirmou Efraim, nesta quinta.

"Se a gente continuar taxando o emprego, elevando o custo do emprego, tornando mais caro contratar pessoas, qual é a solução que as empresas terão? É substituir o trabalhador", disse.

A desoneração da folha de pagamento vale para 17 setores da economia, foi criada no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

Entre os setores beneficiados está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

O Congresso reestabeleceu ainda o trecho da lei que prevê benefícios para municípios com até 142,6 mil habitantes. O veto de Lula eliminava a redução de 20% para 8% da contribuição ao INSS concedida às prefeituras que não têm regimes próprios de Previdência.

Nas contas do Ministério da Fazenda, a prorrogação da desoneração custaria R$ 9,4 bilhões anuais aos cofres públicos. Além disso, o benefício para os municípios teria impacto de mais R$ 9 bilhões.

A decisão do governo de derrubar as iniciativas do Congresso era defendida por economistas como Samuel Pessôa, Marcos Mendes e Bernardo Guimarães, colunistas da **Folha**. Para eles, a política não alcançou os resultados almejados de impulsionar a geração de empregos e estimular a economia.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse que a medida não resolve o problema do emprego nem beneficia a todos os setores.

"Essa medida tem pelo menos dez anos de história. Segundo estudos, não representou concretamente a incorporação e aquisição de empregos novos aos brasileiros."

De acordo com o líder do governo, o Palácio do Planalto insistirá em medidas alternativas para o próximo ano.

No STF, a ideia é argumentar que a prorrogação do benefício é inconstitucional. Na avaliação da gestão petista, desde a reforma da Previdência, ficou vedado adotar medidas que possam reduzir a arrecadação de recursos do fundo que banca as aposentadorias.

"Não existe da nossa parte nenhum ânimo de antagonizar. Nós queremos uma solução. Então nós vamos buscar o auxílio do Judiciário nesse caso, mas também vamos apresentar ao Congresso [...] uma alternativa ao que foi aprovado", disse Haddad, na saída do Ministério da Fazenda.

O ministro disse que a equipe econômica tem fechado cálculos sobre uma proposta que o governo deverá apresentar aos líderes do Congresso para compensar o impacto da reoneração da folha dos setores que seriam atingidos pelo veto. Segundo Haddad, a sugestão da Fazenda contará com uma medida compensatória para evitar que haja impacto no Orçamento de 2024.

"A solução vamos apresentar na semana que vem. Queremos apresentar o quanto antes, as equipes estão trabalhando nos cálculos já há algum tempo. Desde que o presidente validou, em Dubai ainda, a saída, a solução, as equipes começaram a trabalhar nos cálculos, porque tem de fechar a peça orçamentária."

O ministro não deu detalhes da proposta alternativa. Segundo relatos feitos à **Folha**, uma das sugestões em estudo é criar uma regra de transição para reonerar, gradativamente, os setores.

A decisão do Congresso desta quinta levou a repercussões.

O presidente da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), Flávio Roscoei, afirmou que a derrubada do veto foi "a favor do emprego e do setor produtivo nacional". "Enfim, ganha o Brasil. É uma importante iniciativa que atinge cerca de 9 milhões de trabalhadores."

O presidente da CSB (Central Sindical Brasileira), Antonio Neto, afirmou, em nota, que "o Congresso Nacional corrigiu uma injustiça" pela qual "certamente os trabalhadores pagariam a conta".

"Os trabalhadores não podem pagar a conta do ajuste fiscal com desemprego e informalidade. Continuamos abertos ao diálogo e ouvir as alternativas que o governo diz ter, mas que até agora não apresentou", disse o sindicalista.

O sistema Sest-Senat (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional do Transporte) afirmou que "a derrubada do veto é um alívio para o transporte rodoviário de cargas".

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação —pela lei atual o prazo termina em dezembro.

Os 17 setores que têm desoneração

- Calçados
- Call center
- Comunicação
- Confecção e vestuário
- Construção civil
- Couro
- Empresas de construção e obras de infraestrutura
- Fabricação de veículos e carrocerias
- Máquinas e equipamentos
- Projeto de circuitos integrados
- Proteína animal
- Têxtil
- Tecnologia da informação
- Tecnologia de comunicação
- Transporte metroferroviário de passageiros
- Transporte rodoviário coletivo
- Transporte rodoviário de cargas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.